

Brasília não está à venda

Ronaldo Pereira de Sousa

Arborização urbana é uma ciência. Brasília contribuiu de maneira significativa para que ela se desenvolvesse no país.

O Projeto Urbanístico de Brasília, de autoria do eminente professor Lúcio Costa, previu imensos espaços que deveriam ser preenchidos com o verde urbano. A cidade, tão inóspita em seus primórdios, hoje desfruta de uma excelente qualidade de vida, propiciada em grande parte pelo seu verde abundante, que ultrapassa de longe os melhores parâmetros internacionais de área verde por habitante. A cidade hoje é boa para viver e não apenas para morar, entendendo-se como viver algo muito mais lúdico, plástico e espiritual do que apenas morar. Há um reconhecimento internacional do paisagismo de Brasília.

Dos componentes do verde urbano, o mais importante é a arborização, pela sua perenidade e influência ambiental.

No início da construção da cidade, por imperiosas e épicas condições do período, utilizaram-se espécies vegetais exóticas na arborização. A maioria delas logrou um rápido desenvolvimento e atingiu padrões esplendoresos de beleza. A natureza, entretanto, como era de se esperar, disse não a estas espécies e praticamente todas as árvores plantadas nos primeiros tempos da construção morreram e foram cortadas no início da década de setenta.

A Novacap desenvolveu um intenso trabalho de pesquisa e hoje seus programas de plantio utilizam 95% de espécies nativas. A empresa está plantando este ano 152 espécies vegetais de porte arbóreo em seu Programa de Arborização 1996/1997, que acrescentará ao Plano Piloto e todas as cidades-satélites, mais 150.000 novas mudas. Visitando os viveiros daquele órgão, encontramos mais de uma centena de espécies em estágio de pesquisa para utilização posterior. Esta diversidade na arborização urbana não pode ser encontrada em nenhuma outra cidade do mundo. Vivemos em uma floresta de 4.000.000 de árvores.

Parece que não se aprendeu absolutamente nada nestes 37 anos de Brasília, no que diz respeito à adaptação de espécies exóticas no cerrado. O Projeto DF Verde peca ao ignorar todo o acervo técnico acumulado sobre as experiências mal-sucedidas, quando se utiliza tais espécies. Estamos, pelo visto, involuindo com a implantação do Projeto DF Verde. O seu mal maior não são as grades com propaganda comercial, que poluirão visualmente nossa capital e cidades-satélites, transformando-se, em

breve, em lixeiras e suporte de propaganda eleitoral sobreposta à comercial. O problema é que nenhuma empresa privada possui viveiros em Brasília, produzindo mudas adequadas e em quantidades suficientes para a mesma.

No Plano Piloto, a junção dessa nova vegetação do Projeto DF Verde, que permite o plantio de 70% de espécies exóticas, com a vegetação existente, produzirá um aleijão paisagístico. Este projeto contraria totalmente uma das várias atribuições da própria Sematec, que é a de contribuir — normatizando, fomentando e fiscalizando — para a preservação do bioma do cerrado. Ora, a utilização de espécies exóticas não contribui em nada com o cumprimento da nobre missão dessa instituição ambiental.

Que não se venha dizer que o Projeto DF Verde é primordialmente ambiental e priorizará a recuperação de áreas degradadas, como defendem alguns dos seus mentores. Ele é paisagístico porque interfere no ambiente urbano e é dele que a empresa permissionária retirará seus lucros.

Será que alguma empresa pagaria por propaganda fixada em grade de proteção de árvore plantada para recuperar, por exemplo, uma cascalheira ou uma mata ciliar?

Além da interferência direta na arborização de Brasília, o projeto atenta contra seu projeto urbanístico, tombado como patrimônio histórico da humanidade, ao propor a trans-

formação da Praça do Buriti em campo úmido. Não se venha dizer, ainda, que este campo pode ser construído em outro local, porque isto modificaria o edital, o que é absolutamente vedado após a realização da licitação.

O Projeto é clamorosamente falho ainda pelos seguintes aspectos administrativos:

1) Prevê contratação de estagiários, pagos pela própria firma permissionária, para fiscalização dos serviços. Se isso não fosse imoral, seria uma violência contra o exercício das profissões de engenheiros agrônomos, engenheiros florestais e técnicos agrícolas, regulamentadas por lei e fiscalizadas pelo Crea;

2) Permite que árvores já plantadas pelo governo — um bem público, portanto — possam receber grades com propaganda comercial em troca de uma muda, medindo apenas 50 centímetros.

Pelo exposto, posicionamos-nos contra o projeto nos termos em que está sendo proposto, empurrado “goela abaixo” sem consulta aos segmentos vivos da comunidade.

■ Ronaldo Pereira de Sousa é presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos - DF

Que não se venha dizer que o Projeto DF Verde é primordialmente ambiental e priorizará a recuperação de áreas degradadas, como defendem alguns dos seus mentores.